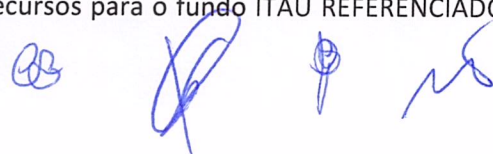


ATA ORDINÁRIA Nº 06/2025 DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

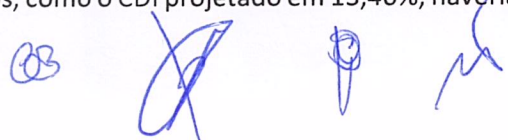
Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, as quatorze horas, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, reuniram-se de forma híbrida – de forma presencial os membros do Comitê de Investimentos do TIMBÓPREV: Carmelinde Brandt, Greyce Nardelli Severino, Joel Ricardo Raiter e Romero Espíndola e Silva, e de forma virtual juntamente com a SMI Consultoria. **1) Primeira Parte: Cenário Econômico – Participação SMI Consultoria –** A Sra. Carmelinde cumprimentou e agradeceu a presença dos participantes e passou a palavra a SMI Consultoria, com os Srs. Igor Almeida e Rafael Demeneghi. O Sr. Igor, economista da SMI, deu início a reunião apresentando dados do Cenário Econômico Externo, Cenário Brasileiro, e Política Monetária. Concluída a explanação inicial, a Sra. Carmelinde solicitou esclarecimentos acerca de uma carta de Fato Relevante encaminhada pela consultoria anteriormente. Em resposta, o Sr. Igor explicou que o conteúdo do referido documento tratava, principalmente, da conjuntura do petróleo. Ressaltou que a economia mundial é fortemente dependente desse recurso, cuja aplicação vai além do uso como combustível, estando presente em diversos itens do cotidiano. Destacou, ainda, que, conforme projeções recentes, caso o Estreito de Ormuz venha a ser fechado pelo Irã, o preço do petróleo poderá dobrar. Isso geraria significativa pressão inflacionária global, dificultando a redução das taxas de juros por parte dos bancos centrais. Informou que aproximadamente 20% a 30% do petróleo global circula por aquele estreito, sendo que o custo do frete aumentaria diante da instabilidade, com consequente repasse às cadeias produtivas e ao consumidor final – especialmente no setor alimentício. O Sr. Joel observou que, apesar do agravamento do risco internacional, a carteira de investimentos do RPPS de Timbó está bem protegida, com baixa exposição à renda variável, o que reduz possíveis impactos adversos. Ressaltou que tal estrutura contribui para o cumprimento da meta atuarial. Complementou, ainda, que uma parcela significativa do petróleo da Arábia Saudita também passa pelo Estreito de Ormuz, reforçando o grau de vulnerabilidade da logística internacional. O Sr. Igor confirmou a informação, mencionando que o barril, atualmente cotado a cerca de US\$ 77, pode alcançar valores próximos a US\$ 150, conforme especulações de mercado, caso o conflito se intensifique. O Sr. Rafael Demeneghi acrescentou que, no último comunicado do Banco Central, divulgado após a reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), foi ressaltado que o cenário internacional exige cautela, especialmente para países emergentes, diante do acirramento das tensões geopolíticas. O Sr. Igor também pontuou acontecimentos internos relevantes, como as mudanças regulatórias envolvendo a energia eólica offshore, que podem pressionar os custos da energia elétrica. Mencionou ainda medidas recentes anunciadas pelo Governo Federal, como o reajuste do valor do auxílio-gás e o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5.000,00, os quais, combinados, contribuem para manter a inflação pressionada. Quanto à política monetária, explicou que o Banco Central adotou um tom mais rígido do que o esperado, com possibilidade de novas elevações na taxa básica de juros, caso os efeitos das medidas implementadas não sejam suficientes. O cenário, portanto, requer prudência adicional na condução dos investimentos. O Sr. Rafael disse que apresentará uma ferramenta desenvolvida pela consultoria para calibração de risco de mercado, permitindo avaliar o desempenho das projeções de rentabilidade, sobretudo de NTN-Bs e CDI, diante do atual cenário de incertezas. A ferramenta busca auxiliar na tomada de decisão, assegurando o cumprimento das metas para o exercício corrente e para 2026. Informou que essa análise será apresentada de forma contínua nas próximas reuniões. Reforçou que, diante do atual cenário, não há necessidade de aumento de exposição a riscos elevados. A SMI respeita as estratégias individuais de cada RPPS, mas busca embasá-las com dados técnicos consistentes. Finalizou destacando que a carteira do RPPS de Timbó encontra-se sólida e bem estruturada, resultado de um trabalho consistente e planejado ao longo do tempo. **2) Carteira de Investimentos do Timbóprev –** O Sr. Rafael continuou com a apresentação com dados da carteira do Timbóprev do mês de maio/2025. **2.1) Alocação por classe/benchmark** – Foi realizada a análise da alocação da carteira por classe de ativos e benchmark. Destacou-se que a carteira apresenta atualmente uma estrutura mais simplificada em termos de diversificação, mantendo, contudo, aderência aos parâmetros de alocação definidos na Política de Investimentos. Observou-se que 27,10% da carteira está alocada em ativos atrelados ao CDI. Já os Títulos marcados na curva, com destaque para as NTN-Bs, representam 65,5% da composição total. Letras



Financeiras correspondem a 4,5% da carteira. A soma desses dois últimos grupos totaliza cerca de 70%, limite que deverá ser observado e mantido nas próximas reuniões, considerando os parâmetros sugeridos pelo estudo de ALM. Foi pontuado que, em razão dos pagamentos de cupons, é possível que a proporção dos títulos sofra variações ao longo do tempo, demandando readequações periódicas. Tais ajustes serão feitos de forma contínua, sempre com base nas recomendações do ALM. A participação em renda variável está atualmente em 2,5%, enquanto os Fundos de Investimento em Participações representam 0,40% do total investido. A consultoria informou que a carteira não possui mais exposição ao risco atrelado ao índice IMA-B 5+, decisão considerada acertada diante das características de volatilidade desse ativo. Foi destacada a estratégia adotada pelo RPPS de Timbó, que se mostrou eficiente ao optar por ativos marcados na curva, especialmente NTN-Bs, como forma de reduzir o risco de marcação a mercado e preservar a previsibilidade dos fluxos. A consultoria ainda ressaltou que outros clientes vêm adotando modelo semelhante, inspirados na estrutura adotada em Timbó. Finalizando a análise, foi reforçada a importância de manter a coerência entre risco e retorno dentro dos limites estabelecidos. Caso haja necessidade de incremento de risco no futuro, a orientação é que isso ocorra, preferencialmente, por meio de ativos como bolsa ou outros instrumentos adequados, evitando a inclusão de fatores adicionais de volatilidade em classes de ativos cuja função principal é garantir estabilidade e proteção do portfólio. **2.2) Retorno Financeiro Acumulado e Patrimônio Líquido** – Na sequência, foram apresentados os dados do retorno financeiro da carteira. O resultado do mês de maio totalizou R\$ 1.922.250,00. Com isso, o retorno acumulado até maio atingiu o montante de R\$ 8.980.574,15. O patrimônio líquido do fundo, no mesmo período, alcançou o valor de R\$ 179.949.823,35. Foi ressaltado que a carteira se mantém estável, apresentando desempenho consistente e retornos positivos mês a mês. **2.3) Rentabilidade da Carteira e Meta Atuarial** – Em relação à rentabilidade da carteira frente à meta atuarial, foi registrado desempenho acima das expectativas. Observou-se que, exceto pelo mês de fevereiro, a carteira superou a meta em todos os demais meses. A única exceção se deu em razão de uma inflação atipicamente elevada naquele período, com o IPCA atingindo aproximadamente 1,30%, o que impactou diretamente o cálculo da meta atuarial, que ficou em 4,82% no acumulado. Apesar desse cenário adverso em fevereiro, a carteira demonstrou recuperação e performance superior nos meses seguintes. No mês de maio, a rentabilidade foi de 1,09%, frente a uma meta de 0,66%, o que representa 164% do valor esperado. No acumulado do ano, a rentabilidade atingiu 5,44%, superando a meta de 4,82% em 113%. A consistência dos retornos positivos reforça o potencial da carteira para continuar superando a meta atuarial com folga ao longo dos próximos anos. **2.4) Projeções do CDI para 2025 e 2026** – Na etapa seguinte da apresentação, foram expostas as projeções da taxa CDI para os exercícios de 2025 e 2026, com base nas perspectivas macroeconômicas e nas sinalizações do Comitê de Política Monetária (COPOM). Para o ano de 2025, estima-se que o CDI encerre com taxa acumulada de 14,84%, considerando que, até o momento, não há indicações claras de redução da taxa Selic por parte do Banco Central. A projeção do IPCA para o mesmo período é de 5,25%, resultando em um juro real estimado de 8,63%. Quanto ao ano de 2026, a projeção é de início do CDI em 14,90%, com início de queda previsto para março, atingindo 14,40% e encerrando o ano em 12,40%. Com base nesses parâmetros, a simulação indica um CDI acumulado de 13,46% no ano, considerando um IPCA estimado de 4,5%. Reitera-se, portanto, a manutenção de um diferencial elevado de juro real também para 2026. A consultoria detalhou a metodologia adotada para a projeção do CDI, informando que o cálculo é realizado com base no número de dias úteis do ano — estimado em 252 para 2025 —, dado que os rendimentos dos ativos indexados ao CDI são calculados exclusivamente sobre esses dias. A partir dessa base, é realizada a conversão da taxa anual para a taxa efetiva diária, permitindo uma simulação precisa dos retornos em intervalos específicos. Essas projeções reforçam o cenário de elevada rentabilidade relativa para ativos atrelados ao CDI e corroboram a estratégia de manter uma parcela relevante da carteira exposta a esses instrumentos. **2.5) Movimentações da Carteira no Mês** – Em relação às movimentações realizadas no mês de maio, foi informado que houve pagamento de cupons de títulos ímpares, com posterior realocação dos recursos em uma NTN-B com vencimento em 2028, conforme sugerido no modelo ALM apresentado anteriormente pelos consultores Sr. Ernesto e Sr. Eduardo. Destacou-se a saída definitiva da exposição no fundo ITAU RENDA FIXA IMA-B 5+ FIC FI (CNPJ 14.437.684/0001-06), com o respectivo direcionamento dos recursos para o fundo ITAÚ REFERENCIADO



INSTITUCIONAL RENDA FIXA (CNPJ 00.832.435/0001-00), cuja expectativa de desempenho é superior à meta atuarial, especialmente no período de junho a dezembro. A estimativa é de que esse fundo entregue mais de 150% da meta atuarial no segundo semestre. **2.6) Estudo de ALM** – Na sequência, foram retomadas as orientações com base no estudo de ALM (Asset Liability Management), com foco na composição ideal da carteira de acordo com os vencimentos (vértices) dos títulos. O estudo indica que até 69,94% do patrimônio pode ser alocado em NTN-Bs. Considerando a posição de maio, caso não tenha havido movimentações adicionais em junho, ainda restaria um espaço aproximado de R\$ 8 milhões para novas aquisições de NTN-B 2028, conforme o limite projetado pelo ALM. No entanto, a Sra. Carmelinde confirmou que, no mês de junho, foi realizada a aquisição de mais R\$ 2,5 milhões em títulos com vencimento em 2028. Acrescentou sobre a indefinição relacionada a compra realizada em março, de R\$ 3 milhões e que está sendo considerado como parte do ALM vigente, embora essa compra tenha sido feita fora da fotografia da carteira usada para elaboração do estudo, que foi baseada nos dados de fevereiro. Essa diferença pontual é monitorada de forma contínua, com ajustes conforme necessário. A consultoria orientou que, para fins de análise, deve-se considerar o percentual alocado em cada vértice com base no patrimônio líquido atualizado. No encerramento de maio, a carteira apresentava 65,5% do patrimônio alocado em NTN-Bs, restando um espaço de 4,44% — equivalente a aproximadamente R\$ 8 milhões — para atingir o limite recomendado de 69,94%. Contudo, considerando as aquisições realizadas em junho, esse espaço seria naturalmente reduzido. Ainda assim, a orientação é que seja mantida uma margem técnica de flexibilidade, permitindo variações dentro de um intervalo de aproximadamente 10% para mais ou para menos, a fim de acomodar os efeitos de marcação a mercado e pagamento de cupons. **2.7) Recomendações** – Foi recomendado que, caso o percentual em NTN-Bs atinja cerca de 68% do patrimônio ao final de junho, ainda haveria uma margem residual de aproximadamente 1,94% a ser explorada, caso seja de interesse estratégico do ente. A consultoria reforçou que, entre manter recursos em CDI ou alocar em NTN-B 2028, a segunda opção oferece maior proteção frente à inflação, o que torna a escolha mais vantajosa no cenário atual. Foi alertado, no entanto, que tal alocação exigirá sacrifício parcial da posição em CDI, a qual atualmente tem apresentado desempenho superior à meta atuarial. Como alternativa, foi mencionada a possibilidade de resgate de recursos da renda variável ou de fundos com performance abaixo do esperado, como é o caso do ITAÚ FIC GLOBAL DINÂMICO INSTITUCIONAL (CNPJ 32.972.942/0001-28). A Sra. Carmelinde confirmou que a troca sugerida já foi realizada, com a substituição do fundo subdimensionado pelo ITAÚ REFERENCIADO INSTITUCIONAL RENDA FIXA (CNPJ 00.832.435/0001-00). Dessa forma, concluiu-se que a carteira, no cenário atual, encontra-se adequadamente posicionada, respeitando os limites e objetivos estratégicos definidos, mantendo-se sólida e bem estruturada diante do cenário macroeconômico vigente. **2.8) Apresentação – Gestão do Risco de Mercado** – Dando sequência à reunião, foi apresentada a nova estrutura da ferramenta de *Gestão do Risco de Mercado*, desenvolvida com o objetivo de acompanhar mensalmente a exposição da carteira frente à meta atuarial do RPPS, proporcionando maior clareza sobre a margem de segurança do plano em diferentes cenários de mercado. A meta atuarial está fixada em IPCA+4,91% ao ano. Para 2025, considerando a projeção de inflação em 5,25%, a meta nominal acumulada atinge 10,42%. Com base nas taxas atuais, os principais ativos da carteira apresentam retornos estimados acima dessa meta. As NTN-Bs, com média de IPCA+6,31%, resultariam em um retorno acumulado de 11,89% no ano. As letras financeiras, com IPCA+ 6,90%, acumulam 12,51%. Já o CDI apresenta projeção de retorno acumulado de 14,34% no período, o que representa uma expressiva vantagem frente à meta estabelecida. Até maio, o IPCA acumulado foi de 2,75% e a carteira apresentou retorno de 5,44%, superando a meta do período, que era de 4,82%, e atingindo 113% do objetivo. Para o segundo semestre, será necessário um retorno adicional de 5,34% para cumprir a meta anual. Segundo as projeções, as NTN-Bs devem entregar 6,16% e as Letras Financeiras, 6,50%, valores superiores ao necessário. O CDI, por sua vez, deve acumular 8,63% entre junho e dezembro, o que representa aproximadamente 160% da meta restante, garantindo ampla margem de segurança para o plano. Durante a apresentação, destacou-se a robustez da carteira frente ao risco de mercado. Mesmo diante de uma queda hipotética de 66% na bolsa nos últimos meses do ano, a meta de 2025 ainda seria atingida. Para 2026, com inflação projetada em 4,5%, a meta seria de 9,63%. Considerando a alocação atual e os retornos esperados, como o CDI projetado em 13,46%, haveria margem



confortável mesmo com quedas expressivas na renda variável. A carteira, ao final de maio, seguia com 65,5% alocados em NTN-Bs, 4,5% em letras financeiras, 27,08% em CDI e 2,92% em renda variável. Foi pontuado que, com cada nova alocação em ativos acima da taxa média atual, a rentabilidade ponderada tende a melhorar, ampliando a folga da carteira em relação à meta. A ferramenta será atualizada mensalmente e permite, inclusive, simulações de impacto em caso de alterações no perfil de risco da carteira. Ainda que a recomendação da consultoria seja pela manutenção de um perfil conservador, essa funcionalidade permite avaliar cenários caso o cliente deseje, eventualmente, assumir maior exposição a risco. Mesmo diante de cenários extremos de instabilidade, a estrutura da carteira e as condições de mercado atuais demonstram elevada segurança quanto ao cumprimento da meta atuarial. **2.9) Discussão – Avaliação da Rentabilidade do CDI x NTN-Bs** – Durante a apresentação, a Sra. Carmelinde questionou se a orientação para os novos recursos seria manter a alocação em CDI, ou, caso ainda houvesse margem, direcionar parte dos investimentos para Títulos Públicos até o limite de 69% do patrimônio. Na sequência, o Sr. Joel manifestou dúvidas quanto aos dados apresentados na planilha de *gestão de risco*, em especial ao CDI realizado, que se encontrava em 5,26%, valor inferior à média de rentabilidade das NTN-Bs e da Letra Financeira da carteira. Ele observou que, de acordo com o modelo matemático apresentado, a projeção do CDI anual de 14,34% indicaria maior rentabilidade frente às NTN-Bs e às Letras Financeiras até o final do exercício. O Sr. Rafael confirmou a análise, observando que, a curto prazo, com a taxa de juros elevada, é comum o CDI superar a rentabilidade das NTN-Bs. Alertou, no entanto, que, ao fim do ano, pode ser necessário reinvestir em NTN-B com taxa inferior e preço mais elevado, comprometendo os ganhos acumulados no CDI. Ressaltou que, apesar da vantagem do CDI no curto prazo, é preciso cautela com a estratégia de longo prazo, pois ganhos pontuais podem não se sustentar nos anos seguintes. O Sr. Joel complementou que a abordagem apresentada pela equipe também o alertou quanto à rentabilidade, e sugeriu que, considerando a performance do CDI, poderia ser mais vantajoso manter recursos nessa classe de ativos no momento, em detrimento da aquisição de novos títulos públicos. O Sr. Rafael concordou, reiterando que, salvo uma inflação superior a 5,25%, o CDI deve continuar superando a NTN-B até o final do ano, especialmente considerando o comportamento recente da inflação e sua tendência de acomodação. Citou, inclusive, o exemplo de uma NTN-B 2026 adquirida com IPCA+9%, cuja projeção indicava rendimento inferior ao CDI no mesmo período. O Sr. Romero questionou se havia projeções de CDI para os anos de 2026 a 2028. O Sr. Rafael respondeu que tais estimativas constam no boletim Focus, e que está em desenvolvimento um simulador específico para 2026. O Sr. Romero acrescentou que a última operação realizada foi com NTN-B 2028, e destacou a importância de comparar com os demais prazos projetados. Em seguida, o Sr. Joel comentou sobre a projeção de CDI de 8,63% até o fim do ano, que representaria, aproximadamente, uma NTN-B de IPCA+8%. O Sr. Rafael esclareceu que, apesar de o CDI poder apresentar desempenho superior em um ano específico, as NTN-Bs tendem a superar o CDI no longo prazo. Mencionou estudos comparativos entre o índice IMA-B 5 (títulos até cinco anos) e o CDI, nos quais o IMA-B 5 apresenta melhor desempenho em janelas de cinco anos, mesmo que, pontualmente, o CDI o supere. Reforçou que esse descompasso se deve à defasagem do efeito das políticas monetárias sobre a inflação, sendo o CDI impactado pelas decisões do Banco Central, enquanto as NTN-Bs acompanham o IPCA corrente. O Sr. Joel destacou que o CDI possui como principal variável a taxa Selic, e que a rentabilidade inferior observada até o momento se deve ao patamar da Selic nos primeiros meses do ano. O Sr. Igor complementou, lembrando que a elevação da Selic teve início no ano anterior, com aumentos sucessivos de um ponto percentual por reunião, visando conter a inflação. Enfatizou que, diante do atual nível da taxa de juros, o risco de nova disparada inflacionária é reduzido, o que favorece o CDI no curto prazo. O Sr. Joel ponderou que, mesmo com eventual elevação da inflação, a tendência seria a manutenção da Selic em patamar elevado. O Sr. Igor mencionou que apenas em momentos específicos, como no governo Dilma, houve movimentos simultâneos de aumento de gastos e redução da taxa de juros, o que agravou a inflação. Por fim, O Sr. Rafael explicou que, mesmo com um CDI projetado de 10% em 2026, a carteira poderia ainda assim atingir a meta atuarial, considerando que 70% dos ativos estão alocados em classes com desempenho superior à meta. Argumentou que a ideia de que, sempre que o CDI estiver abaixo da meta, é necessário assumir risco, não é necessariamente válida do ponto de vista matemático, e que essa decisão deve considerar a composição da carteira e sua capacidade de alcançar o

objetivo sem incremento de risco desnecessário. **2.10) Fundos de Crédito Privado** – Ao final da apresentação, a Sra. Carmelinde questionou o Sr. Rafael sobre a viabilidade de incluir fundos de crédito privado na carteira do RPPS, mencionando que a equipe já vinha analisando algumas opções e aguardava atualizações do radar. O Sr. Rafael explicou que diversos fundos já presentes na carteira, especialmente os enquadrados no Art. 7º, inciso III, alínea “a”, possuem algum grau de exposição ao crédito privado, mesmo que não tragam essa nomenclatura no nome. Ele destacou que tais fundos podem alocar até 49,99% em ativos privados, como é o caso do Bradesco Premium, cuja excelente performance recente se deve, em parte, a essa exposição. Em contrapartida, fundos classificados especificamente como “crédito privado” podem ultrapassar esse percentual, chegando a mais de 50% da carteira alocada em debêntures e letras financeiras. O Sr. Rafael enfatizou que, embora os fundos com crédito privado apresentem potencial de rentabilidade superior ao CDI, é necessário estar ciente dos riscos envolvidos, como o caso de default ocorrido com as debêntures das Lojas Americanas, que impactou negativamente diversos fundos do mercado. Ainda assim, destacou que os fundos atualmente em análise apresentam bom *rating* e perfil conservador, com maior concentração em instituições financeiras sólidas. Ressaltou que, matematicamente, os fundos atuais já são capazes de bater a meta atuarial, mas uma pequena alocação em crédito privado pode ser considerada caso se deseje buscar retorno adicional. Recomendou que a alocação por fundo não ultrapasse 0,5% do patrimônio e sugeriu diversificação para diluição do risco. O Sr. Romero complementou informando que duas gestoras — Bradesco e 4UM — já haviam procurado o Instituto, oferecendo fundos com boas rentabilidades históricas e compostos majoritariamente por ativos bancários de alta qualidade de crédito. O Sr. Rafael confirmou que ambos os fundos possuem estrutura sólida e performance consistente, com resultados acima do CDI nos últimos meses e boa qualidade de carteira. Por fim, sugeriu que, caso haja interesse, o Instituto poderá solicitar à consultoria novas análises atualizadas desses fundos. A Sra. Carmelinde agradeceu pelas informações e sinalizou que o material seria avaliado internamente. **3) Segunda Parte** – Após finalizar a reunião com a SMI, os membros do Comitê: Carmelinde Brandt, Greyce Nardelli Severino, Joel Ricardo Raiter e Romero Espíndola e Silva, deram andamento a reunião ordinária, para acompanhar a carteira de investimentos do Instituto em conformidade com os objetivos estabelecidos pela Política de Investimentos e analisar a alocação dos recursos por cada segmento de mercado e os pareceres e avaliações do cenário macroeconômico proposta pela consultoria de investimento – SMI Consultoria. **3.1) Atas do mês de maio** – A Sra. Greyce levantou os principais pontos discutidos nas reuniões do mês de maio. **3.2) Carteira de Investimentos e Demonstrativos** – A Sra. Carmelinde deu continuidade à pauta, comentando que, conforme demonstrado anteriormente pelo Sr. Rafael, foi apresentada a composição atual da carteira de investimentos. Informou que, no mês de maio, a única movimentação realizada foi a aquisição de títulos públicos no valor de R\$ 3 milhões. Reforçou que as demais movimentações mencionadas anteriormente pela Sra. Greyce também foram executadas, incluindo a saída da posição no fundo ITAU RENDA FIXA IMA-B 5+ FIC FI (CNPJ 14.437.684/0001-06). O patrimônio do Instituto foi encerrado no mês de maio no montante de R\$ 179.949.823,35. O retorno da carteira no mês foi de R\$ 1.922.250,90, acumulando, no ano, um total de R\$ 8.980.570,15. Em termos de meta atuarial, destacou-se que, em maio, o rendimento foi de 1,09%, superando a meta de 0,66%. No acumulado do ano, a carteira apresentou rentabilidade de 5,44%, ante uma meta de 4,82%. A Sra. Carmelinde pontuou que não aprofundaria os dados, uma vez que os principais pontos já haviam sido abordados na apresentação técnica do Sr. Rafael. Ressaltou, no entanto, que a carteira está bem protegida, com alocação próxima a 70% em títulos públicos e, quanto ao enquadramento legal, encontra-se integralmente dentro dos limites normativos. O único resultado negativo no mês foi relacionado ao fundo Brasil Florestal; todos os demais ativos, incluindo os de renda variável, apresentaram rentabilidade positiva. A Sra. Greyce questionou a situação do enquadramento quanto ao Art. 7º, inciso III, alínea “a”. Em resposta, a Sra. Carmelinde informou que o percentual atual está em 26%, sendo o limite permitido de 60%, o que demonstra uma margem ampla de conformidade. Ainda sobre os títulos públicos, a Sra. Carmelinde comentou que a carteira se encontra próxima do limite técnico de alocação. Em relação às receitas e despesas do mês, destacou-se um superávit de R\$ 1.358.000,00 considerando apenas as receitas ordinárias. Com a inclusão das Alíquotas Suplementares, o superávit totalizou R\$ 2.676.000,00 além do recebimento adicional de R\$ 2 milhões provenientes do COMPREV. Ao final, a Sra. Carmelinde

254 mencionou que já havia encaminhado aos presentes as informações sobre o Fato Relevante do período,
255 previamente abordado também pelo Sr. Igor, relacionado à alta do preço do barril de petróleo. Ressaltou
256 que também foi encaminhada a carta mensal da SMI, a qual recomenda, de forma geral, a manutenção da
257 carteira nos moldes atuais, com indicação de alocação de até 70% em NTN-Bs para os entes que possuem
258 espaço dentro da estrutura de ALM. Acrescentou que, embora a carteira recomendada contenha
259 referência ao fundo IMA-B 5+, a presença desse ativo se deve à diversidade de perfis entre os clientes
260 atendidos, não sendo necessariamente um indicativo para o RPPS de Timbó. Concluiu afirmando que, no
261 caso do Instituto, a carteira segue bem alinhada com as recomendações técnicas da consultoria. **3.3)**
262 **Fundos de Crédito Privado** – A Sra. Carmelinde deu sequência aos apontamentos sobre crédito privado,
263 informando que o tema já havia sido tratado anteriormente em reunião com o Bradesco sobre o fundo
264 Bradesco FIC Performance Institucional Crédito Privado Renda Fixa (CNPJ 44.961.198/0001-45), da qual
265 participaram apenas ela e o Sr. Romero. Acrescentou que o assunto foi retomado em conversa com a 4UM
266 a respeito do fundo 4UM Crédito Privado Renda Fixa (CNPJ 28.581.607/0001-21) e, mais recentemente,
267 por meio de contato do Sr. Fábio, representante do Itaú, sobre o fundo Itaú Kinea Crédito Privado
268 Institucional (CNPJ 57.454.364/0001-69). A Sra. Greyce comentou que o Sr. Fábio se colocou à disposição
269 para enviar materiais informativos atualizados ou até mesmo encaminhar explicações em formato de
270 áudio, conforme necessidade do Instituto. O Sr. Romero questionou se há material recente disponível, ao
271 que a Sra. Greyce respondeu que possui algo, mas provavelmente desatualizado. O Sr. Romero sugeriu,
272 então, que seja solicitado novo conteúdo diretamente ao banco, sem necessidade de reunião neste
273 momento, para que o material possa ser analisado pela SMI. A Sra. Carmelinde reforçou que a análise
274 desse tipo de ativo tem sido feita com cautela e atenção. Relembrou que, na primeira vez em que se
275 discutiu crédito privado, a principal alternativa era justamente o fundo do Itaú. Assim, diante do novo
276 contato, solicitou à Sra. Greyce que formalize o pedido de atualização das informações junto ao banco. A
277 Sra. Greyce confirmou que fará o encaminhamento conforme solicitado. Foi definido que, em relação aos
278 fundos de crédito privado, serão aguardadas as análises do Itaú, que serão encaminhadas também para a
279 SMI. O Sr. Romero sugeriu que, após o recebimento do material do Itaú e da consultoria, seja marcada
280 uma nova reunião para deliberar sobre o tema, para aportes também no Bradesco e 4UM. A Sra.
281 Carmelinde enfatizou que a diversificação do risco com essas aplicações deve ser considerada como
282 estratégia complementar. **3.4) Novos Recursos e Operacionalização da Folha** – A Sra. Carmelinde
283 informou que, por ora, os recursos que ingressam estão sendo direcionados para aplicações atreladas ao
284 CDI. Destacou que haverá novo repasse do COMPREV no início do mês, ainda que em montante reduzido.
285 A estimativa é de aproximadamente R\$ 550.000,00, para junho, referente competência de abril; e para
286 julho, a previsão é de cerca de R\$ 150.000,00, referente competência de maio/2025. Foi mencionado que
287 haverá um aumento nas despesas com a folha de pagamento devido ao pagamento da 1ª parcela do 13º
288 salário neste mês de junho. A Sra. Carmelinde questionou a Sra. Greyce se há saldo na conta da CAIXA
289 suficiente para cobrir essa despesa, considerando que a folha será mais elevada, em torno de R\$
290 3.000.000,00. A Sra. Carmelinde estimou que a folha mensal regular gira em torno de R\$ 2.000.000,00,
291 sendo necessário manter uma reserva adicional de até R\$ 1.000.000,00 para cobrir os custos da parcela
292 do 13º. Ressaltou que, se necessário, poderá ser utilizada saldo da conta 400-3, referente à compensação
293 previdenciária, para complementar o valor. Dessa forma, considerou-se viável a manutenção dos
294 compromissos do mês com os recursos disponíveis, estando a operação da folha considerada sob controle.

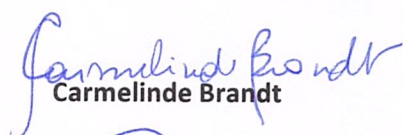
295 **3.5) Recebimento de Aportes Financeiros** – A Sra. Carmelinde informou que, na última reunião do
296 Conselho, foi levantada a possibilidade de parte da alíquota suplementar ser substituída por aporte
297 financeiro. Essa sugestão partiu do analista contábil Sr. Rodrigo Dall'Onder Spaniol, tendo em vista que o
298 limite de despesa com pessoal está próximo de ser extrapolado. A Sra. Carmelinde esclareceu que ainda
299 não havia entrado em contato com o atuário, Sr. Guilherme Walter, para tratar do assunto, mas se
300 comprometeu a fazê-lo nos próximos dias. Explicou que o eventual aporte precisaria permanecer aplicado
301 por, no mínimo, cinco anos para não ser considerado como despesa de pessoal, conforme exigência legal.
302 Reforçou que é necessário verificar junto ao atuário a viabilidade dessa alternativa, principalmente em
303 razão dos compromissos já assumidos com títulos públicos de longo prazo. A Sra. Greyce observou que,
304 em discussões anteriores com o atuário, foi mencionado que, do ponto de vista atuarial, a origem dos

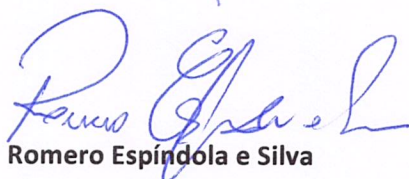
recursos — seja por alíquota ou aporte — não altera o equacionamento do déficit, desde que o montante seja efetivamente aportado. No entanto, o Sr. Romero ponderou que essa mudança pode afetar o fluxo de caixa e o modelo de ALM, uma vez que o recurso passaria a ter restrição de uso, impactando diretamente no planejamento de liquidez e nas projeções atuariais. A Sra. Carmelinde enfatizou que há valores comprometidos com vencimentos longos, como 2030, 2035 e, principalmente, 2040. Assim, caberá ao atuário avaliar o que pode ser efetivamente comprometido sem prejuízo ao equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Ressaltou, ainda, que o regime de aportes poderá exigir alteração legislativa, com possível necessidade de cumprimento de noventena, caso seja aprovado. O Sr. Joel acrescentou que de acordo com o cálculo atuarial e o estudo de ALM, o uso do patrimônio acumulado deverá iniciar por volta de 2031, com pico de desembolsos projetado para aproximadamente 2045. A Sra. Greyce complementou que os aportes precisariam ser planejados com esse horizonte em mente, considerando a curva de acumulação até 2031 e posterior utilização dos recursos. Por fim, reforçou-se que, embora atualmente a alocação em CDI esteja positiva para a carteira — o que justifica o percentual atual de aproximadamente 27% —, a estratégia deverá ser reavaliada a partir de 2026 ou 2027, à luz das premissas atuariais e das projeções de ALM. O Sr. Romero concluiu que o primeiro passo será o contato com o atuário Sr. Guilherme, para definir os próximos encaminhamentos e avaliar os impactos potenciais da proposta de substituição parcial da alíquota suplementar por aportes financeiros.

3.6) Processo ABIPEM/Empire Capital – A Sra. Carmelinde informou que o processo envolvendo a ABIPEM e a Empire Capital foi oficialmente arquivado.

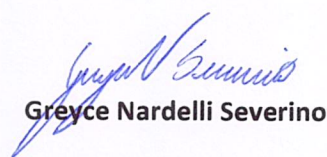
3.7) Fundo BRASIL FLORESTAL FIC FIP – O Sr. Joel indagou sobre eventual atualização referente ao fundo Brasil Florestal. A Sra. Carmelinde esclareceu que ainda não há novidade, mas que localizou o último e-mail enviado pela instituição e já separou esse conteúdo com o objetivo de enviar nova solicitação de atualização, uma vez que não se recorda da resposta anterior. Sobre a entrega de extratos, a Sra. Greyce comentou que, embora o envio tenha ocorrido com antecedência no último mês, geralmente é necessário insistência constante; em ocasiões anteriores, os extratos chegaram apenas após o dia 20, o que atrasou o fechamento do relatório da SMI. A Sra. Carmelinde acredita que os recebimentos deveriam ter iniciado ainda em março de 2025. No entanto, até o momento, o fundo apresenta rentabilidade negativa referente aos custos operacionais, na ordem de R\$ 300 a R\$ 400 mensais, conforme complementado pela Sra. Greyce.

3.8) Impacto Financeiro das Alterações Salariais – A Sra. Carmelinde informou que as alterações nas referências salariais do SAMAE e da Câmara de Vereadores tiveram impacto no cálculo atuarial. No caso do SAMAE, o impacto foi estimado em R\$ 16.000,00 considerado irrelevante e sem necessidade de ajuste no plano. Já o impacto da Câmara de Vereadores foi de aproximadamente R\$ 79.000,00 valor negativo, porém sem comprometer a solvência do regime, uma vez que o plano é superavitário, apresentando excedente de cerca de R\$ 50 milhões. Ao final dos assuntos, a Sra. Carmelinde declarou não haver outros pontos a serem tratados, e os demais participantes confirmaram que não havia pendências adicionais. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos participantes da reunião presentes. Timbó, 23/06/2025.


Carmelinde Brandt


Romero Espindola e Silva


Joel Ricardo Raiter


Greyce Nardelli Severino